

O CMN precisa decidir como fica o índice de preços. Mas quando?

Quarta ou quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá reunir-se, extraordinariamente, para encaminhar algumas decisões relacionadas a medidas contidas no pacote econômico. A expectativa do Ministério da Fazenda era, até a tarde de ontem, que o Congresso viesse a aprovar o projeto do Executivo, para depois convocar a reunião do CMN que, entre outras coisas, referendará a decisão de se implantar um índice único para a correção do salário e capital e definiria as alíquotas do Imposto de Renda sobre as operações financeiras de curto prazo.

O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) foi guindado ao posto de índice oficial de aferição da inflação e de referencial único para as correções monetária, cambial e dos salários, por voto do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, ad referendum do CMN. Este apenas confirmará voto e, até mesmo, poderá fazer o novo índice ter a denominação oficial de INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O assessor especial do ministro da Fazenda, João Manoel Cardoso de Melo, informou, após a divulgação do pacote econômico, quinta-feira, que o CMN poderá trocar as siglas, mas sem mexer no conteúdo metodológico do índice. Quarta-feira, o presidente José Sarney assinou decreto estipulando a elevação da faixa de renda tomada como base de pesquisa para o INPC, os mesmos 30 salários mínimos do IPCA. Na verdade, o antigo INPC está igual, no conteúdo metodológico e na sistemática de cálculo, ao IPCA. Com base nesses aspectos, a sigla poderá ser trocada como uma estratégia de Marketing.



dos parlamentares, o Executivo decidiu voltar atrás na decisão.

O dia seguinte

O dia de ontem no Ministério da Fazenda foi um dos mais calmos e pouco movimentados desde o início da Nova República. Após os meses de suspense, o dia seguinte ao da divulgação do "pacote" econômico foi acompanhado por poucas autoridades responsáveis por sua concepção. O ministro Dílson Funaro integrou a comitiva do presidente José Sarney, que passou todo dia de ontem na fronteira entre o Brasil e a Argentina. João Manoel Cardoso de Melo viajou para São Paulo. E o chefe da assessoria econômica especial, Luiz Gonzaga Beluzzo, está na Argentina desde terça-feira, participando da reunião do Grupo de Cartagena.

O secretário-geral do Ministério, João Batista de Abreu, ficou em Brasília. Mas o acompanhamento da tramitação do projeto do governo no Congresso Nacional foi feito de perto por dois assessores de Funaro, o seu chefe de gabinete, Roberto Müller, e o adjunto deste, Silas Castilho, que acumula o cargo de assessor parlamentar do Ministério da Fazenda.

Quanto à definição das alíquotas do Imposto de Renda sobre o open market, o Conselho Monetário não poderá tomar nenhuma decisão que represente aumento de taxação sobre o setor. O CMN, por força de lei, não pode taxar o Open, além de 12%. Hoje, as alíquotas nas operações de curto prazo variam entre 10 e 12%. Originalmente, o pacote do governo previa a substituição do IR do Open pelo Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mas, a pedido